

Medida Provisória 905

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



www.economia.gov.br

Conjunto de medidas

- MP 905
 - Contrato de trabalho verde e amarelo, programa de reabilitação profissional, microcrédito, PLR/prêmios/gorjetas, eliminação de aprovações burocráticas na STRAB, alterações na CLT.
- PL 6159
 - Dispõe sobre a reabilitação profissional e a reserva de vagas para a habilitação e a reabilitação profissional.
- PL 6160
 - Regulamenta a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas.
 - Disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.

Diagnóstico

- Consolidação fiscal, recuperação gradual. Ainda nessa linha, verifica-se que nos últimos anos os índices de desemprego, ainda que positivos em sua recuperação, apresentaram pouca redução no país.
- Taxa de desemprego: 11,8%
 - 12,6 milhões de pessoas desocupadas no País, das quais 5,7 milhões são jovens entre 18 e 29 anos, em que a taxa de desemprego é de 20,8%.
- Mais vulneráveis necessitam exposição ao mercado formal. Últimos a ser beneficiar da retomada.
- Desbancarização, baixa qualificação.
- Melhorar a empregabilidade.

Contrato de Trabalho Verde e Amarelo

- Novo contrato de trabalho com desoneração de folha e **redução** entre **30%** e **34%** no **custo** de mão de obra.
- **TODOS os direitos** da Constituição Federal estão **garantidos**.
- Empresas poderão ter até **20%** de seus funcionários nessa modalidade.
- Permitida apenas a contratação de pessoas com remuneração de até 1,5 salário mínimo.
- Válido apenas para novos postos de trabalho: não permite substituições.
- Foco na população mais vulnerável, com baixa formalização e alta rotatividade.
- Jovens de 18 a 29 anos que ainda não tiveram seu primeiro emprego.

Contrato de Trabalho Verde e Amarelo

- Para fins de caracterização como primeiro emprego não serão considerados os seguintes vínculos: avulso, intermitente, menor aprendiz e contrato de experiência
- Forma de contratação baseada em segurança jurídica:
 - Acordo extrajudicial anual de quitação de obrigações;
 - Pagamento mês a mês proporcional de férias e 13º
- Prazo de contratação: até 24 meses
- Permitida contratação na modalidade até 31/12/2022, mantida a duração do contrato em até 24 meses.

Outras alterações

- CLT: Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, Fiscalização (falsificação da carteira, embargo ou interdição, atualização de multas, dupla visita, autoridade regional, procedimento especial, reorganização dos TACs, domicílio eletrônico trabalhista, prazo de recurso de 30 dias)
- Atualização de créditos trabalhistas (IPCA-E + poupança)
- Alimentação in natura
- Pagamentos dos benefícios do Programa Seguro-Desemprego e do abono salarial por meio de concorrência ampla entre instituições financeiras
- Eliminação de aprovações burocráticas no MTb, especialmente de profissões.

PL 6159 – Reserva de vagas PCD Diagnóstico

- Dificuldade de cumprir as cotas igualmente em todos os setores, todas as localidades e todas as ocupações.
 - Ex: vigilância armada, transporte articulado, academias, pilotos de avião.
 - 28 anos de vigência da Lei
 - sobra de 380 mil vagas.
 - entre 4 e 6% das vagas são preenchidas em decorrência da fiscalização.
- A concepção da inclusão e da proteção são meritórias e intocáveis.
 - Aperfeiçoamento da política pública.
- Com as regras vigentes, as vagas são oferecidas e, em caso de não preenchimento, não resta alternativa para as empresas.

PL 6159 – Reserva de vagas PCD Diagnóstico

- **Reabilitação Profissional (modelo atual)** –objetiva a reabilitação do trabalhador em outra atividade por intermédio de cursos e treinamentos, de a responsabilidade do INSS e acompanhamento pericial , com as seguintes premissas:
 - avaliação e definição da incapacidade laborativa;
 - orientação e acompanhamento do programa profissional
 - articulação com a comunidade para parcerias, convênios e outros
 - pesquisa da fixação no mercado de trabalho
 - **O processo de reinserção do trabalhador é dificultoso** mesmo com a reserva de vagas trazidas no art. 93 da Lei nº. 8.213/1991.
 - **Cotas para habilitados/reabilitados** e pessoas com deficiência **não produzem isoladamente o efeito desejado** de potencializar a contratação de reabilitados, visto que em 2018, das 768 mil vagas reservadas por essa política de cotas, apenas 389 mil foram preenchidas, ou seja, 47% das vagas ficaram ociosas, após 28 anos e, destes menos de 10% são reabilitados
 - **Demora no processo de habilitação e reabilitação clínica do segurado**, dependente ou pessoa com deficiência, o que retarda o início do programa de habilitação ou reabilitação profissional

Estrutura Legal – Atual

- **Lei nº 8.213/1991**
- **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), definiu que :**
 - Deficientes com acesso a habilitação/reabilitação (arts. 8º, 14 e 15) independente se filiados ou não ao RGPS.
 - Habilitação / Reabilitação física e profissional (arts. 18, 34 e 36)
 - Habilitação/ Reabilitação como Assistência Social (art. 39)
 - Serviço Social Universal - incluído SUAS e SUS (art. 17)
- **MP nº 871/2019 convertida na Lei nº 13.846/2019 trouxe a mudança na estrutura física / Funcional:**
 - **Retirada da perícia médica da estrutura do INSS** e anexada ao Ministério da Economia (art.19) ,
 - **reformulação da carreira pericial**, criando a perícia médica federal com outras atribuições (art.30),

Estrutura Legal – Atual

- **MP 905/2019, ainda :**
 - Alterou a lei nº 8.213/1991, ampliando o Serviço social da previdência, retirando-o da limitação de estar apenas vinculado ao RGPS (revogando a alínea “b” do inciso III do art. 18)
 - Incluiu a possibilidade de serviços de habilitação e reabilitação física prestadas pelo INSS (inciso I do art. 20);
 - **Cria o Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional**, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho tem por finalidade financiar o serviço de habilitação e reabilitação profissional prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e programas e projetos de prevenção e redução de acidentes de trabalho (art. 19)
 - **Cria o Conselho do Programa de Habilitação e Reabilitação Física e Profissional, Prevenção e Redução de Acidentes de Trabalho** (art. 22)

Estrutura Legal – Atual

Número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal e na população residente, por tipo de deficiência

Buscar:

	PcD com vínculo empregatício com empregadores obrigados pela Lei nº 8.213	PcD com vínculo empregatício com empregadores não obrigados pela Lei nº 8.213	Total de PcD com vínculo empregatício	População residente 18 a 64 anos*
PcD Física	193659(46.97%)	14675(42.89%)	208334(46.66%)	2110883.(23.46%)
PcD Auditiva	76135(18.47%)	6189(18.09%)	82324(18.44%)	1046635.(11.63%)
PcD Visual	62083(15.06%)	4734(13.84%)	66817(14.96%)	4145969.(46.07%)
PcD Mental/Intelectual	36666(8.89%)	4311(12.60%)	40977(9.18%)	1695184.(18.84%)
PcD Múltipla	7399(1.79%)	668(1.95%)	8067(1.81%)	-
Reabilitado	36342(8.81%)	3635(10.62%)	39977(8.95%)	-
Total de PcD	412284(100%)	34212(100%)	446496(100%)	8998671.(100%)
Total de PcD(%)	92.34%	7.66%	100.00%	-

Mostrando de 1 a 8 de 8 registros

Anterior

1

Seguinte

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais(RAIS) e IBGE - Censo Demográfico 2010.

*Os dados apresentados referem-se somente à população residente que possui deficiência em graduações mais severas("não consegue de modo algum" e "grande dificuldade"). Não foram computados pessoas que apresentam somente "alguma dificuldade".

Propostas

- **Reabilitação Profissional** - objetiva a reabilitação do trabalhador em outra atividade por intermédio de reforço da reabilitação física e educacional (cursos e treinamentos), de a responsabilidade e acompanhamento pelo INSS , com as seguintes premissas:
 - avaliação multiprofissional por **instrumento único** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)
 - orientação e acompanhamento do programa profissional
 - Possibilidade de reabilitação física e educacional / profissional pelo sistema “S”
 - Incentivo para as empresas que os contratarem, as quais estarão, ao mesmo tempo, cumprindo as quotas previstas no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991.
 - A proposta normativa prevendo que empresas que contratarem um trabalhador habilitado/reabilitado ou uma pessoa com deficiência fique isenta da contribuição patronal sobre a remuneração daquele trabalhador (alíquota de 20%), pelo período de um ano, prazo razoável para que o empregado possa retomar todo o seu potencial produtivo e se integrar novamente ao mundo do trabalho.
- **Definição do Modelo único para “Avaliação Unificada de Deficiência”**
- Regulamentação do Auxílio-Inclusão (art. 94 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)

Propostas

- Formas alternativas de cumprimento:
 - a contribuição para conta única da União cujos recursos serão destinados a ações de habilitação e reabilitação; ou
 - a associação entre diferentes empresas de forma que, em conjunto, elas atendam à obrigação de contratação de pessoas com deficiência.
 - contratação de pessoas identificadas com deficiência grave será considerada em dobro para fins de verificação do cumprimento da reserva de cargos.
 - Diretrizes do Estatuto da Pessoa com Deficiência
 - Deficiência considerada grave já é prevista pelo §1º, art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
 - Aprendiz com deficiência
 - Recolhimento mensal ao Programa de Habilitação e Reabilitação em valor equivalente a dois salários-mínimos por cargo não preenchido.
 - Valor superior à multa
 - Contratação por empresa diversa
- Com essas modificações, busca-se engajar todas as empresas do País, apresentando alternativas que considerem as diferenças setoriais, locais e ocupacionais na contratação de trabalhadores.



MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**
www.economia.gov.br